

Oficina de educação patrimonial para o ensino fundamental em Aquidauana, MS*

Lucicleide Gomes dos Santos**
Ilza Alves Pacheco***

SANTOS, L. G.; PACHECO, I. A. Oficina de educação patrimonial para o ensino fundamental em Aquidauana, MS. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Suplemento 8: 149-153, 2009.

Resumo: Este artigo surgiu a partir de uma oficina de educação patrimonial, realizada durante a Semana de História, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, visando a contribuir para o desenvolvimento de questões ligadas à educação patrimonial e sua importância. Este pequeno texto é destinado a professores, historiadores, arqueólogos, enfim, todos os que se interessam por questões patrimoniais e históricas.

Palavras-chave: Cultura – Patrimônio arqueológico – Educação patrimonial

Introdução

Tanto as crianças como os adultos precisam compreender o papel do patrimônio com o qual muitas vezes convivem, melhorando a interação da comunidade com o mesmo através da educação.

Os objetos e expressões do patrimônio cultural funcionam como ponto de partida para a atividade pedagógica, realizada por meio da observação, do questionamento e da exploração de todos os aspectos desses objetos e expressões.

A educação patrimonial busca levar crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento crítico, apropriação consciente e consequente

valorização de sua herança cultural, o que possibilita o fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. Segundo Machado *et al.* (2003:46), sendo, portanto, um instrumento de “alfabetização cultural” que auxilia o indivíduo a fazer a leitura do mundo que o rodeia, instigando-o a compreender o universo sociocultural e a trajetória histórico-temporal em que está inserido.

Arqueologia e educação patrimonial

A Educação dirigida para a preservação, conservação e valorização cultural é denominada de educação patrimonial (Soares 2003: 25).

A educação patrimonial foi implantada no Brasil na década de 1980 por Maria de Lourdes Parreiras Horta, do Museu Imperial do Rio de Janeiro. Sua metodologia tornou-se uma alternativa de alfabetização cultural. Esta promove uma transformação na maneira de tratar a cultura e busca revisão e aprimoramento nas formas de devolução do conhecimento científico para o público leigo. O cidadão precisa compreender sua importância no processo sociocultural-ambiental no qual está inserido e vislumbrar uma mudança positiva no seu relacionamento com o patrimônio ambiental/cultural.

(*) Oficina realizada durante a Semana de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, atendendo trinta alunos do ensino médio das escolas do município de Aquidauana, MS.

(**) Graduação em Turismo e Especialização em História Regional pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

(***) Pedagoga e Mestranda em Ensino de Ciências pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

A educação patrimonial envolve procedimentos interdisciplinares em torno dos objetos culturais, cujo interesse é promover o conhecimento, a apropriação e a valorização da herança cultural. Suas consequências são: a geração e produção de conhecimentos, melhor usufruto desses bens e o processo contínuo de criação cultural. Neste caso, a educação patrimonial atua de forma integrada com o trabalho arqueológico fundamentando-se nos princípios éticos, estéticos/pedagógicos e políticos (Lima 2005: 12).

O princípio ético tem como base uma concepção de comunidade protagonista das transformações sociais, visando à criação de condições de autossustentabilidade por meio de processos educativos, voltados ao patrimônio arqueológico local e de formação específica para a produção cultural geradora de renda, a partir das potencialidades das crianças, jovens e adultos dessas comunidades e tomando como referência os bens culturais.

Os princípios estéticos/pedagógicos buscam promover a compreensão sobre a necessidade de se preservar o patrimônio arqueológico, desenvolvendo ações educativas, por meio de metodologias sistematizadas de educação patrimonial e de educação artístico/estética, que por sua vez, contribuirão com o combate à evasão escolar e ao analfabetismo.

Quanto ao princípio político concentra-se na articulação dos processos educativos que estão sendo desenvolvidos com atores sociais, envolvendo suas famílias, as escolas, as igrejas e outras instituições locais, bem como suas lideranças, propiciando, deste modo, a ampliação desses saberes e fazeres e o fortalecimento das comunidades.

Segundo Soares (2003:24), a sensibilização na educação patrimonial deve ser um exercício de interação da população com os patrimônios de sua região. Para que haja uma melhor compreensão inicial, devem-se utilizar patrimônio concreto e vestígios que possam ser tocados e, ou, percebidos. Paulo Freire (2001: 15) já professava que a leitura da palavra é precedida da leitura do mundo e a expressividade é uma necessidade essencial do ser humano.

Neste contexto, a Arqueologia pode servir como subsídio na aplicação das diretrizes da educação patrimonial. Uma vez que tem por objeto de estudo os vestígios da cultura material de sociedades pretéritas, a arqueologia, dentro da

educação patrimonial, pode (e deve) utilizar os métodos de ensino/aprendizagem das linguagens artísticas (e.g. desenho, pintura, oficinas de cerâmica, colagens) e da estética do cotidiano, ou seja, o que é rotineiro, comum, faça parte do seu cotidiano (e.g. contato com os sítios e vestígios arqueológicos da região na qual a comunidade está inserida) propostos por Freire (*apud* Lima 2001:8).

A educação patrimonial é materializada por meio do estudo de objetos comunitários como estratégia de aprendizagem do contexto sociocultural/ambiental. Toda ação educativa deve ser elaborada tendo em vista as necessidades das comunidades envolvidas.

Horta *et al.*, (1999:6) definem a educação patrimonial como um “processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural, como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”.

Ações de educação patrimonial têm-se destacado em vários países da América Latina, onde estão ocorrendo encontros para debater o tema. Os países que se distinguem na implementação de ações de educação patrimonial são o Chile e o Uruguai, mas a maioria dessas ações está na fase inicial (Haigert 2003:33).

A Educação Patrimonial encontra-se também em ações isoladas, geralmente como experiências piloto com pouca continuidade e pouca profundidade temporal. Em outras palavras, existe um “vazio” a ser preenchido, no que se refere ao retorno social da universidade às comunidades, direta ou indiretamente ligada a ela, quanto à educação e valorização do patrimônio.

O Estado de Mato Grosso do Sul apresenta, até o momento, mais de 600 sítios arqueológicos cadastrados no IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), e milhares de sítios ainda a cadastrar desconhecidos da comunidade científica. Sob o benefício da Lei 3.924 (26/7/1961), todos os sítios são considerados bens patrimoniais da União e contam com proteção especial. Entretanto, ainda que sejam bens patrimoniais, os sítios arqueológicos continuam desprotegidos e sofrendo graves processos de depredação. Assim como em outros Estados do território nacional, em Mato Grosso do Sul o IPHAN tem por objetivo assegurar que o patrimônio arqueológico seja protegido e utilizado como bem público. Contudo, sem uma participação efetiva da sociedade, o esforço é em vão (IPHAN 2007).

Mato Grosso do Sul apresenta um rico patrimônio arqueológico. Porém, a maioria da população desconhece a existência e a importância dos vestígios arqueológicos como também a situação em que se encontram.

A arqueologia sempre foi tema de reportagens, filmes e documentários. No entanto, a mídia ainda se mostra ineficaz na difusão do conhecimento sobre arqueologia e ambiente/patrimônio. Neste contexto, alunos das redes pública e particular de ensino de Mato Grosso do Sul apresentam deficiências relevantes relacionadas ao conhecimento de arqueologia (cf. Pacheco *et al.* 2004).

A divulgação dos resultados de uma pesquisa arqueológica não deve se restringir ao meio científico, pesquisadores e educadores devem unir esforços para que as comunidades tenham acesso aos resultados das pesquisas científicas de maneira didática e direta.

Oficina de educação patrimonial abordando patrimônio arqueológico

Dentro da visão apresentada, as descobertas arqueológicas devem ser reveladas para a comunidade por meio da educação e da sensibilização sobre a relevância da preservação do patrimônio natural/material como parte da história e da vida dos cidadãos. Assim, o desfecho da divulgação da arqueologia não terá apenas como produto a alfabetização cultural, mas também a alfabetização ambiental.

Às vezes, as pessoas depredam o patrimônio sem conhecer sua verdadeira importância, seu significado. Por isso é importante desenvolver tais iniciativas que trazem uma alternativa para se conservar este patrimônio e ensinar à população e aos visitantes, o que é esse patrimônio e como protegê-lo (Santos 2006: 20).

As propostas metodológicas de educação patrimonial quanto à observação e registro, exploração e apropriação do patrimônio arqueológico devem ser realizadas de forma integrada com as ações de leitura, contextualização e produção de imagens e de objetos culturais dos métodos de ensino/aprendizagem em arte e articuladas aos processos de observação, interação e intervenção na realidade social e cultural dos atores sociais, ocorrendo por meio de entrevistas, análise de documentos e histórias de vida, conforme

princípios da pesquisa-ação, permitindo que se crie um espaço aberto de percepção cultural, de diagnóstico e provocando a discussão e o amadurecimento coletivo. O quadro a seguir permite uma melhor visualização das articulações entre esses métodos (Lima 2005: 11-12).

E Alencar (1989:57) acredita que “a educação patrimonial, centrada no objeto cultural, também preconiza a cultura viva, pois lida com a evidência material da cultura e apela mais para o concreto, o sensível, o visual e o emocional do que para palavras e ideias. A tarefa da educação patrimonial se refere a transmitir ao indivíduo a consciência do patrimônio cultural e essa consciência implica a consciência de que ele é produtor. Ele recebe, se utiliza (é, portanto, consumidor) e produz ou cria esse patrimônio”

Portanto, a educação patrimonial é uma ação que visa à conscientização das comunidades acerca da importância da criação, valorização e preservação do patrimônio arqueológico local.

Diante do exposto, a oficina de educação patrimonial teve por objetivo promover o interesse dos participantes pelo patrimônio arqueológico e sua preservação através de trabalhos de educação patrimonial em relação aos sítios arqueológicos existentes em Mato Grosso do Sul, e principalmente da região de Aquidauana e Anastácio, que conta atualmente com mais de 30 sítios conhecidos na área dos dois municípios. Espera-se não só conscientizar os alunos quanto à preservação do patrimônio arqueológico, como também envolvê-los com esta problemática, de modo que se tornem agentes multiplicadores.

Metodologia

Para atingir o objetivo, apresentaram-se informações até agora levantada sobre a arqueologia do Estado de Mato Grosso do Sul, relatando as descobertas arqueológicas para a comunidade, através de um trabalho de curto prazo, esclarecimento, educando e conscientizando quanto à importância da preservação do patrimônio como parte da história e da vida das pessoas, visando a encontrar, neste tempo, multiplicadores da ideia, que possam dar continuidade à iniciativa.

A Oficina atendeu trinta alunos que cursam o ensino médio das escolas do município de Aquidauana/MS, sendo realizada durante a

Semana de História que ocorreu no *Campus* de Aquidauana da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

Para o desenvolvimento das atividades, foi elaborado um texto explicativo contendo informações sobre arqueologia e a ocupação da região por índios Guaná, a organização de um *kit* arqueológico contendo “ossos de animais”, “peças líticas e cerâmicas”, para a simulação de uma escavação, oficina de arqueologia experimental, com argila e lítico, e a exposição da produção artística dos alunos (redações, desenhos e cerâmicas) (cf. Pacheco *et al.* 2004; Soares; Klamt 2004: 27-28).

Atividades desenvolvidas foram: (1) questionários de sondagem para alunos; (2) palestras e discussão de textos e apostilas relacionados à arqueologia e patrimônio; (3) confecção de história em quadrinhos pelos alunos; (4) redações; (5) dinâmicas em grupo; (6) oficinas de desenho; (7) remontagem e oficina de cerâmica, recorte e colagem; (8) observação de vestígios arqueológicos, tais como líticos e ossos da arqueofauna; (9) simulação de uma escavação arqueológica.

No primeiro momento da oficina, os alunos foram avaliados e sensibilizados por meio de questionários de sondagem. Neste sentido foram observados e despertados os conhecimentos dos estudantes sobre arqueologia e pré-história.

Durante as palestras as crianças observaram figuras de potes de cerâmica, registros rupestres do Estado e da região e escavações arqueológicas. Os alunos também manipularam objetos similares a artefatos líticos, cerâmicos e ossos de animais.

A abordagem do tema “vestígios arqueológicos” foi realizada através da restauração

de potes de cerâmica, aplicadas tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio.

Os alunos do ensino fundamental desenvolveram desenhos, quebra-cabeças e mosaicos inspirados nas temáticas de arqueologia, pré-história e da etnia Terena.

Resultados

As atividades mostram-se adequadas a todas as idades, o que reforçam a ideia de que para trabalhar com crianças e adolescentes há necessidade de atividades diversificadas.

Todos os alunos participaram de simulações de escavações e classificaram os materiais encontrados em: líticos, fragmentos de cerâmica, carvões e ossos de animais. Os “vestígios arqueológicos” foram quantificados e plotados em gráficos pelos alunos. Os textos e os desenhos produzidos pelos alunos apresentaram coerência inerente a cada estágio do desenvolvimento psicopedagógico (cf. Lima 1980; Piaget 1997). Neste sentido, pôde-se verificar que a manipulação dos objetos e as atividades práticas são recursos positivos para a construção do conhecimento e para a alfabetização cultural. Além disso, as redações serviram como subsídios para a avaliação deste projeto.

Por meio das palestras, das oficinas artísticas, dos textos, das dinâmicas de grupo e dos debates em sala de aula, os alunos foram capazes de produzir desenhos e textos simples, porém coerentes sobre os temas desenvolvidos na ação educativa. Além disso, demonstraram sentirem-se cidadãos ativos na construção do conhecimento e da identidade histórico-cultural de sua comunidade.

SANTOS, L. G.; PACHECO, I. A. Presentation of the archaeological heritage for elementary school students by the means of an patrimonial education workshop method, Aquidauana, MS. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Suplemento 8: 149-153, 2009.

Abstract: This article was emergerd from a Patrimony Education Oficine done during the History Weekday of the Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. This paper aims to contribute to the improvement of issues of the patrimony education, and its relevance. This small text is desingnated to teachers, historians, archeologists, etc., and to all those that are interested in patrimonial and historical questions.

Keywords: Culture - Archaeological heritage - Education

Referências bibliográficas

- ALENCAR, V.
1989 Museu Educação: se faz caminho ao andar. In: *Cadernos Museológicos*. Rio de Janeiro: Secretaria de Cultura da Presidência da República/Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, 1-2.
- FREIRE, P.
2001 *Pedagogia dos sonhos possíveis*. UNESP, São Paulo.
- HAIGERT, C. G.
2003 Estado da Arte sobre Educação Patrimonial. In: SOARES, A. L. R. (Org). *Educação Patrimonial: Relatos e Experiências*. UFMS, Santa Maria: 33-41.
- HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q.
1999 *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Museu Imperial.
- IPHAN.
Legislação. Disponível em www.iphan.gov.br, acessado em 04/03/2007.
- MACHADO, A. S.; HAIGERT, C. G.; POSSEL, V. R.
2003 Cultura Material, Educação Patrimonial e Ensino de História: uma Parceria Possível. In: SOARES, A. L. R. (Org). *Educação Patrimonial: Relatos e Experiências*. UFMS, Santa Maria: 43-52.
- LIMA, J.S.S.
2005 Educação Patrimonial e Arqueologia de Contrato: a experiência do Projeto Sossego em Canaã dos Carajás (PA). In: *Anais do XIII Congresso da SAB: Arqueologia, Patrimônio e Turismo*. Ed. Oeste, Campo Grande.
- PACHECO, M. L.A.F.; RAMOS, É. C.B.; LEIGUEZ-JUNIOR, E.; KOBAYASHI, A. B.; MARTINS G. R.
2004 Concepção de estudantes de 8ª série de escolas públicas e particulares sobre conceitos e aplicabilidades de arqueologia na conservação de sítios arqueológicos de Mato Grosso do Sul. In: *Anais do VII Encontro de História de Mato Grosso do Sul*. Universidade Católica Dom Bosco, setembro de 2004,7.
- SANTOS, L. G.
2006 *Proposta de Implantação do Museu a Céu Aberto "Cenários Históricos da Retirada da Laguna"*, Anastácio – MS.2006, 61 f. Monografia (Especialização em História Regional) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana,MS.
- SOARES, A. L. R.; KLAMT, S.C.
2004 Pré-história e Arqueologia: sugestões metodológicas para a Educação Infantil e Ensino Fundamental. In: *Revista do CEPA*. EDUNISC, Santa Cruz do Sul, 28:45-65.
- SOARES, A. L. R.
2003 Educação Patrimonial: Valorização da Memória, Construção da Cidadania, Formação da Identidade Cultural e desenvolvimento Regional. In: *Educação Patrimonial: Relatos e Experiências*. UFMS, Santa Maria: 15–32.